

O TRABALHO DE PERLABORAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES  
PARA OS SOFRIMENTOS NARCÍSICO-IDENTITÁRIOS:  
UMA CONTRIBUIÇÃO DE R. ROUSSILLON

*WORKING-THROUGH AND ITS IMPLICATIONS TO NARCISSISTIC  
IDENTITY TROUBLES: A CONTRIBUTION OF R. ROUSSILLON'S*

*LA PERLABORACIÓN Y SUS IMPLICACIONES PARA LAS PROBLEMÁTICAS  
NARCISISTICO-IDENTIFICATORIAS: UNA CONTRIBUCIÓN DE R. ROUSSILLON*

*Gilson Gonçalves Lopes\**

*Perla Klautau\*\**

**RESUMO**

A perlaboração, conceito central e etapa crucial do método clínico freudiano, tem recebido pouca atenção no cenário psicanalítico atual. Em contrapartida, o mesmo não acontece quando a temática aborda os sofrimentos narcísico-identitários, alvo de interesse cada vez maior por parte de pesquisadores. Nesse contexto, Roussillon tem oferecido contribuições originais no que diz respeito à extensão da técnica psicanalítica, a fim de criar condições para o tratamento desse tipo de sofrimento e tornar possível o trabalho de perlaboração. Com esse propósito, o autor propõe uma escuta polifônica para os sofrimentos narcísico-identitários: uma escuta daquilo que não pode ser dito. Nesse caso, cabe à perlaboração a tarefa de dar voz ao não dito, mediante o esforço de vislumbrar um contorno daquilo que ainda se afigura como impossível de ser dito.

Palavras-chave: perlaboração; sofrimentos narcísico-identitários; clínica psicanalítica; trabalho do analista; Roussillon.

---

\* Mestre em Psicanálise, Saúde e Sociedade pela UVA (Universidade Veiga de Almeida), Rio de Janeiro, Brasil.

\*\* Professora dos Programas de Mestrado Profissional e Doutorado em Psicanálise, Saúde e Sociedade da UVA, Rio de Janeiro, Brasil.

**ABSTRACT**

The working-through, a central concept and crucial stage of Freud's clinical method, has received little attention in the current psychoanalytic scene. By contrast, the same is not true when dealing with narcissistic troubles of identity, increasingly studied by researchers. In this context, Roussillon has offered unique contributions regarding the extension of psychoanalytic technique, in order to create suitable conditions for the treatment of this kind of suffering and to make possible the working-through. With this goal, the author proposes polyphonic listening to the narcissistic troubles of identity: listening for what cannot be said. In this case, the working-through has the task of giving voice to the unsaid, making an effort to discern an outline of what is still deemed impossible to be said.

Keywords: working-through; narcissistic troubles of identity; psychoanalytic clinic; analyst's work; Roussillon.

**RESUMEN**

La perlaboración, un concepto central y la etapa crucial del método clínico de Freud, ha recibido poca atención en el entorno psicoanalítico actual. Al contrario, el mismo no es cierto cuando el sujeto se dirige a las problemáticas narcisístico-identificadorias, cada vez más estudiadas por los investigadores. En este contexto, Roussillon ha ofrecido contribuciones originales en relación con la extensión de la técnica psicoanalítica, con el fin de crear las condiciones para el tratamiento de este tipo de sufrimiento y hacer posible la perlaboración. Con esta intención, el autor propone una escucha polifónica para las problemáticas narcisístico-identificadorias: una escucha de lo que no se puede decir. En este caso, la perlaboración emprende la tarea de dar voz a lo no dicho por el esfuerzo para delinear un esquema de lo que todavía representa imposible de ser dicho.

Palabras clave: perlaboración; problemáticas narcisístico-identificadorias; clínica psicoanalítica; trabajo del analista; Roussillon.

## Introdução

A perlaboração, conceito central e etapa crucial do método clínico freudiano, tem recebido pouca atenção no cenário psicanalítico atual, apesar de constituir, segundo Freud (1914/2010), um fator propulsor do tratamento, compatível com a rememoração das recordações recalçadas e a repetição na transferência. Em verdade, o conceito, considerado em suas dimensões clínica e teórica, perpassa toda a psicanálise e ocupa um lugar de destaque no manejo da técnica psicanalítica. Segundo o próprio Freud, o termo define aquilo que, na análise, “é a parte do trabalho que tem o maior efeito modificador sobre o paciente, e que distingue o tratamento psicanalítico de toda influência por sugestão” (Freud, 1914/2010, p. 209). Ainda que psicanalistas de diversas tendências reconheçam a importância do conceito na prática psicanalítica e à primeira vista possa parecer que sua definição constitui tarefa simples, na verdade essa aparente simplicidade mascara uma complexidade e uma diversidade de níveis de funcionamento que nos convoca a uma reflexão (Roussillon, 2007).

Em contrapartida, os sofrimentos narcísico-identitários, refratários ao tratamento pelo método psicanalítico tradicional (voltado para o tratamento das neuroses e ancorado na associação livre, na atenção flutuante e na interpretação), apresentam um campo de investigação cada vez mais amplo aos pesquisadores. Tais sofrimentos podem ser entendidos, segundo Roussillon (1999), como estados ou experiências de aflição, de grande tensão e desprazer, de situações sem representação e sem saída. Para o autor, essas patologias representam defesas contra os efeitos de um traumatismo primário clivado cujo traço mnésico tenta acessar a superfície psíquica pela ação da compulsão à repetição. Sendo a experiência traumática irrepresentável, esta tentativa acaba dando origem a situações de impasse, que se estendem à vida adulta. Tais experiências subjetivas arcaicas, situadas na origem desses sofrimentos, foram vivenciadas pelo sujeito em período crucial para a integração do eu, ou seja, “o período anterior ao da linguagem verbal, aproximadamente os dois primeiros anos de vida” (Roussillon, 2012, p. 15).

Nesse contexto, avultam em importância as contribuições originais de Roussillon no que diz respeito à extensão da técnica psicanalítica, a fim de criar condições para o tratamento desse tipo de sofrimento e tornar possível o trabalho de perlaboração. Em busca desse objetivo, o autor propõe uma ampliação dos modos de escuta analítica, sugerindo a apreensão de elementos não verbais, indo além da prevalência do discurso verbal no ambiente analítico. A ideia de escuta ampliada requer uma maior complexidade no trabalho do analista, o que leva Roussillon (2012) a propor que o trabalho analítico reconheça e valorize a escuta de uma linguagem própria da

época anterior à da aquisição da linguagem verbal, permitindo que o analista oriente sua escuta na direção de discursos que abordem a totalidade do corpo, acrescentando a dimensão do afeto. Sob essa perspectiva, cabe à perlaboração a tarefa de dar voz ao não dito, mediante a incessante tentativa de estabelecer os contornos daquilo que insiste em se apresentar como impossível de ser colocado em palavras.

## Origens traumáticas do sofrimento narcísico-identitário

Segundo Roussillon (2014), os sofrimentos narcísico-identitários decorrem de traumas primitivos relacionados a decepções narcísicas precoces produzidas pela inadequação das respostas do ambiente. Nesse contexto, é fundamental considerar os efeitos da cadeia trauma-repetição-pulsão de morte, que acaba por constituir um desafio ao processo de perlaboração psíquica. Os eventos traumáticos, parte inicial da cadeia, respondem pela inscrição de marcas e traços que, confrontando angústias e fantasias originárias, colocam em movimento a compulsão à repetição, em sua interminável rotina de processamento e descarga. Desprovida de meios simbólicos e sem condições de desencadear um movimento elaborativo, a compulsão à repetição se limita a atualizar o evento traumático. O quadro delineado impõe a necessidade de se construir uma narratividade capaz de oferecer uma via de elaboração para o golpe traumático (Klautau, Kislánov & Winograd, 2014).

Sobre a experiência traumática, Roussillon (2006) afirma que o trauma “é a relação entre a intensidade quantitativa e as capacidades de ligação e de organização das excitações que confere à quantidade um valor de efração ou, ao contrário, um valor estimulante, antidepressivo” (Roussillon, 2006, p. 232). Para ele, o excesso não constitui, necessariamente, um problema ou um entrave ao funcionamento psíquico; antes, pode até estimulá-lo. Contudo, o trauma traduz um excesso responsável pela produção de ruptura, paralisia e desamparo, segundo Freud (1920/1996):

Não há dúvida de que um acontecimento, como o trauma exterior, provoca uma grave perturbação na economia energética do organismo, além de acionar todos os mecanismos de defesa, e o princípio do prazer é, logo de início, colocado fora de ação. Já que não é possível impedir que grandes quantidades de estímulos inundem o aparelho psíquico, só resta ao organismo tentar lidar com esse excesso de estímulos, capturando-o e enlaçando-o psiquicamente para poder então processá-lo. (Freud, 1920/1996, p. 153-154)

Essa concepção de Freud identifica um caráter desestruturante no excesso de estímulos, de tal ordem que gera uma perturbação psíquica capaz de reduzir o princípio do prazer à inação, retirando-o de seu protagonismo na cena psíquica. Isso abre caminho para algo que se situa *além do princípio do prazer*. Surge, então, a compulsão à repetição, para executar suas intermináveis tentativas de domínio e descarga daquilo que não pode ser inscrito nem representado. Nessa situação, as perturbações traumáticas causadas pelo impacto de algum fator externo no psiquismo revelam um caráter desorganizador e regressivo, inibindo o pulsional e gerando o ingresso nos domínios do *além do princípio do prazer*, com a conseqüente intensificação da pulsão de morte (Winograd, Klautau & Sollero-de-Campos, 2014).

O texto de Freud “Moisés e o monoteísmo” (1939/1996) permitiu uma abordagem mais precisa da questão do trauma, especificando os efeitos daquilo que não é representado sobre o psiquismo. Nessa obra, Freud especulou sobre a incidência precoce do traumatismo, incluindo a noção de um trauma originário constitutivo da subjetividade humana. O trauma, nessa situação, refere-se a um momento específico em que o eu ainda se encontra em formação, ou seja, a fase anterior à aquisição da linguagem. Esse período da produção freudiana destacou a íntima ligação existente entre desamparo e trauma. Pouco antes, em 1926, em “Inibições, sintomas e angústia”, a noção de desamparo ganhou evidência e estatuto de paradigma do traumático diante da fragilidade e incapacidade da criança de entender as ações necessárias ao enfrentamento e à superação do aumento de tensões em seu psiquismo. A ênfase dada ao desamparo como paradigma do traumático põe em evidência a função de contenção que pode ser desempenhada pelo ambiente e o uso do mecanismo de clivagem como recurso defensivo primitivo.

Ferenczi (1933/2011), em seu artigo “Confusão de língua entre os adultos e a criança”, buscou compreender determinados movimentos psíquicos primitivos marcados pela ação da clivagem psíquica. Para tal, conta uma história cujo paradigma está centrado na situação de desamparo fornecida pelo ambiente: uma criança se aproxima de um adulto, usando a linguagem da ternura e recebe com resposta a linguagem da paixão, falada pelo adulto. Essa situação é denominada por Ferenczi (1933/2011) de “confusão de línguas”. Sob a perspectiva ferencziana, ao se defrontar com a linguagem do adulto, a criança registra os sinais da ausência de resposta do ambiente, fato concebido como traumático. Para lidar com tal tipo de desamparo, a saída encontrada pela criança é identificar-se com o adulto. É justamente nesse momento que se estabelece a confusão de línguas: a criança se sente, ao mesmo tempo, inocente e culpada. Diante de tal confusão, ela perde a confiança no testemunho de seus sentidos. Dessa forma, no modelo

proposto por Ferenczi, o medo da criança transforma a identificação em incorporação, fazendo com que o agressor desapareça da realidade externa e passe a existir no registro intrapsíquico. O resultado da operação em questão é a clivagem que permite a existência simultânea de duas partes da personalidade em ação: uma preservada, na medida em que tudo sabe mas nada sente, ao passo que a outra parte fica destruída, destituída de valor por falta de confiança nos próprios afetos.

Para Roussillon (2014), o conceito de clivagem do Eu é o processo referencial das patologias do narcisismo e da autoimagem, já que o sujeito se vê frente à impossibilidade de dar um estatuto representativo a certas experiências fundamentais para a sua identidade e para a regulação do seu narcisismo. A clivagem concerne à patologia do ser, à falta para ser e não à falta como organizadora do desejo e da pulsão. Na situação traumática, impossibilitado de tolerar a experiência, de simbolizá-la ou de fugir dela, preservando-se, o sujeito é forçado a cortar de si a parte dele mesmo que está em contato com a realidade da experiência. Então, ele se cliva de uma parte de si próprio essencial à sua identidade, uma parte que passa a ser excluída e enquistada; enfim, a experiência foi “clivada da subjetividade” (Roussillon, 2014, p. 189).

Ao longo do tratamento de sujeitos cujo sofrimento em questão diz respeito à esfera narcísico-identitária, é importante observar que não basta, porém, ter se clivado da experiência traumática: é preciso se precaver contra o que Roussillon (2014) chama de “retorno do clivado” (p. 190) – terminologia cunhada por analogia à dialética do recalçamento. Nesse sentido, o sujeito tem de desenvolver modalidades de defesa e de ligações não simbólicas para enfrentar o retorno dos traços das experiências de que se clivou. O retorno do clivado nos coloca diante da percepção de que a clivagem não é solução definitiva, posto que a parte excluída da subjetividade fica submetida à compulsão à repetição, e é particularmente ativável de maneira alucinatória, por ser concernente “a um aspecto essencial da identidade” (p. 190). Dessa forma, deve ficar claro que no tratamento dos sofrimentos narcísico-identitários, o material clivado, submetido à compulsão à repetição, retorna à cena analítica em ato, a fim de ser processado e integrado ao eu.

Quando as experiências traumáticas retornam durante o trabalho psicanalítico, é possível observar reações terapêuticas negativas que impõem ao analista um paciente trabalho de reconstrução das relações primitivas com o ambiente primeiro. Nesse sentido, a compulsão à repetição, sem condições de promover o processo de elaboração, restringe-se a atualizar o evento traumático. Diante de tal cenário, o golpe traumático demandará uma via de elaboração a partir da construção de uma narrativa. Os detalhes desse trabalho de perlaboração serão abordados a seguir.

## O trabalho de perlaboração dos sofrimentos narcísico-identitários

Laplanche e Pontalis (1992) cunharam as expressões “perlaborar” e “perlaboração” como neologismos para traduzir do alemão, o verbo *durcharbeiten* (perlaborar) e o substantivo *Durcharbeitung* (perlaboração). No “Dicionário comentado do alemão de Freud”, Hanns (1996) informa que o termo alemão *durcharbeiten* expressa a ideia de “trabalhar-se através de alguma tarefa”, ou ainda “percorrer ou atravessar uma tarefa do início ao fim” (p. 198). Nesse sentido, o termo expressa a ideia de estudar ou examinar profundamente; trabalhar sem interrupção; e superar dificuldades através (*durch*) do trabalho (*arbeit*).

A conotação do termo evoca uma duração mais prolongada da ação e certo dispêndio de esforço, algo como “embrenhar-se tarefa adentro e atravessá-la por inteiro” (Hanns, 1996, p. 198). Trata-se de prosseguir até sua conclusão, mas, paradoxalmente, sem intenção de atingir o objetivo no sentido de triunfar ou conquistar (ideia representada pelo verbo *erarbeiten*). Trata-se apenas de chegar ao objetivo, à meta final. Segundo Hanns, Freud geralmente empregou o termo correlacionando-o com o trabalho e esforço a serem empenhados em vencer a resistência.

Em “Recordar, repetir e elaborar”, Freud (1914/1996) considerou a perlaboração como um fator propulsor do tratamento, compatível com a rememoração das recordações recalçadas e a repetição na transferência. Laplanche e Pontalis (1992) indicam que a perlaboração incide sobre as resistências, sucedendo-se em geral à interpretação de uma resistência, que parece não produzir efeito. Nesse caso, “um período de relativa estagnação pode encobrir esse trabalho eminentemente positivo em que Freud viu o principal fator de eficácia terapêutica” (Laplanche & Pontalis, 1992, p. 340).

Mesmo reconhecida como conceito central na prática psicanalítica, a perlaboração está pouco presente nos textos de Freud. Contudo, segundo o próprio autor, trata-se do conceito que mais contribuiu para marcar a diferença entre a prática psicanalítica e outras práticas psicoterápicas baseadas na sugestão. Mesmo presente em todos os momentos da clínica, o trabalho de perlaboração apresenta-se segundo modelos diferentes. Sobre isso, Freud, ao introduzir o conceito de elaboração psíquica em 1914, o fez de maneira intimamente ligada à questão da resistência e sua superação. A centralidade do trabalho de combate e superação das resistências é característica de toda a obra freudiana. Nos primórdios da psicanálise, Freud afirmou: “A tarefa do terapeuta, portanto, está em superar, através de seu trabalho psíquico, essa resistência à associação” (Freud, 1893-1895/1996, p. 283-284). Duas décadas depois, essa ideia ganha expressão: “Na verdade, che-

gamos a compreender, finalmente, que a superação dessas resistências constitui função essencial da análise [...]. A luta contra esta resistência faz parte de toda análise” (Freud, 1916-1917/1996, p. 298). Nas formulações finais da obra freudiana, o eu deixa de ser o polo exclusivo de resistência. Freud (1926/2014) identificou a existência de cinco formas de resistência atuando no aparelho psíquico: três formas de resistência ligadas ao eu (a resistência do recalque, a resistência de transferência e o ganho secundário da doença), a resistência do id (compulsão à repetição) e a resistência do supereu (reação terapêutica negativa). Já no texto “Análise terminável e interminável” (1937/1996), Freud alardeou um tom pessimista no que se refere à eficácia da técnica psicanalítica e sua possibilidade de promover a cura. Para ele, naquele momento, a tarefa de superação das resistências constituía tarefa muito mais árdua e complexa do que ele próprio imaginava.

A superação das resistências exige um trabalho de perlaboração, revestido de complexidade e diversidade (Roussillon, 2007). Esse trabalho varia em função do tipo de trabalho analítico executado, já que por sua vez assume especificidade em função de conjunturas transferenciais e modos de funcionamento psíquico diversos. O autor relaciona o trabalho de perlaboração aos citados três tipos de resistência relacionados por Freud (1926/2014). A cada tipo corresponde um modo particular de trabalho psicanalítico, do que resulta uma forma específica de perlaboração. Roussillon (2007) enumerou três modelos do trabalho de perlaboração, de acordo com os tipos de resistência, a seguir comentados brevemente.

O primeiro modelo, voltado para resistência do eu, refere-se ao modelo implícito no texto freudiano de 1914, correspondendo a um objetivo de “tomada de consciência” de um complexo representativo reprimido. Nesse caso, a perlaboração tem o objetivo de, em primeiro lugar, preparar o terreno para tornar possível o retorno do recalco através do emaranhado de formações associativas pré-conscientes que são seus derivados.

O segundo modelo, destinado a superar as resistências do id, se configura quando a repressão anterior, ou propriamente dita, pode ser também o efeito de uma repressão original (Freud, 1926/2014). Então, à medida que o tratamento se aprofunda, aspecto crucial nas conjunturas transferenciais em que as problemáticas narcísico-identitárias são suficientemente centrais, é preciso elaborar também a repressão originária, caracterizando um segundo modelo. Esse modelo é próprio de situações clínicas em que o material inconsciente não foi representado nem reprimido secundariamente porque nunca teve acesso à consciência. Esse material deixou de sofrer as transformações e a colocação em representação anterior que lhe teriam possibilitado tornar-se consciente (Freud, 1923/1996, 1926/2014).



Por sua vez, o terceiro modelo se funda sobre o trabalho de apropriação subjetiva para além da simbolização. Ou seja, destaca uma questão central mobilizada pelo trabalho analítico: a das condições da apropriação subjetiva desse trabalho pelo analisando. A resistência aqui está enraizada no sentimento de culpa do paciente ou em sua necessidade de punição. Freud considerava a resistência do superego como sendo a mais difícil de o analista discernir e abordar. Ela reflete a ação de um “sentimento inconsciente de culpa” (Freud, 1923/1996) e se torna responsável pela reação aparentemente paradoxal do paciente. No trabalho analítico, representa a materialização de um ou outro impulso de que o paciente se defende quando pressionado pela sua consciência moral.

Serão abordadas aqui somente as questões referentes ao trabalho de elaboração da resistência do id, peculiar às problemáticas narcísico-identitárias, segundo a concepção de Roussillon (2007). Sobre a resistência do id, convém citar Freud (1926/2014):

Pois notamos que o ego ainda acha dificuldades para fazer retroceder as repressões, mesmo após haver decidido abandonar suas resistências, e denominamos “elaboração” a fase de exaustivo empenho que se segue a tal decisão louvável. Agora cabe reconhecer o fator dinâmico que torna necessária e compreensível tal elaboração. Dificilmente será outro que não este: após a remoção da resistência do Eu, ainda há que superar o poder da compulsão à repetição, a atração dos modelos inconscientes sobre o processo instintual reprimido; e não há por que não designar esse fator como “resistência do inconsciente”. (Freud, 1926/2014, p. 106/107)

O trabalho de perlaboração das resistências do id se configura quando conjunturas transferenciais acompanhadas de problemáticas narcísico-identitárias se manifestam durante o tratamento psicanalítico, reafirma Roussillon (2007). Esse trabalho busca tornar consciente um material psíquico específico, a despeito da resistência do id. Sobre isso, Freud (1923/1996, 1926/2014) descreve situações clínicas em que o material inconsciente não foi representado nem reprimido secundariamente, pela simples razão de nunca ter tido acesso à consciência. É desse material que se está falando. Para o autor, esse material não sofreu transformações anteriores que permitissem sua representação, o que possibilitaria o “tornar-se consciente” (Freud, 1923/1996, 1926/2014; Roussillon, 2007). Na verdade, o processo analítico tradicional encontra dificuldades no tratamento desse tipo de conteúdo psíquico, próprio das problemáticas

narcísco-identitárias. Esse modelo se mostra resistente ao padrão freudiano clássico, voltado para os pacientes neuróticos.

Assim é que, na neurose, o trabalho de perlaboração se desenvolve em função da regra fundamental que rege o funcionamento da associação livre. Cabe ao neurótico expressar, em palavras, todos os pensamentos que aflorem em seu psiquismo, mesmo que lhe pareçam absurdos, sem qualquer importância ou censuráveis. Desse modo, a regra fundamental é aplicada mediante (re)transcrições do material inconsciente a partir de sucessivos (re)arranjos associativos. Decorre desse contexto a produção de sentido ou a ampliação de significados já existentes. Em consequência, a regra fundamental assume o caráter de um operador clínico.

Contudo, para tornar possível o tratamento das problemáticas narcísco-identitárias, requer-se, para o método freudiano clássico, um processo de extensão e a adoção de um conjunto de técnicas destinado a dar suporte teórico e clínico a esse processo. O material psíquico que produz os sofrimentos narcísco-identitários decorre de situações traumáticas primeiras, geradoras de um intenso desprazer, capazes de impedir que o sujeito concretize a metabolização da experiência subjetiva por ele vivenciada. Trata-se de um aspecto relevante para o trabalho analítico a ser realizado. Tais situações determinam a ativação, quase automática, de defesas primárias, diante da ameaça de aniquilação despertada pela experiência traumática. Como isso se passa em época primitiva do desenvolvimento do sujeito, o eu fica sem condições de construir um sentido aceitável para o intenso desprazer que o invadiu.

Em relação ao que foi dito, Roussillon (2007) alerta para o fato de que esse material inconsciente invasor é hipercomplexo: as formas resultantes não podem ser integradas e se apresentam de modo enigmático e confuso. Para o autor, a integração dessas formas exige que elas sejam progressivamente desorganizadas e transformadas, usando um movimento de vaivém, ou seja, indo e vindo, dentro-fora, *in-out*, como parte de um jogo de transferências e transposições sucessivas. Porém, sem que haja descondensação, transposição e transformação, o trabalho de metaforização que caracteriza a representação simbólica não pode concretizar o “tornar-se consciente”. Então, os conteúdos são reprimidos primariamente, segundo os termos de Freud (1915/2010, 1926/2014), antes de qualquer subjetivação verdadeira.

A repressão primária “atrai” para si, em seguida, quaisquer repressões ou cli-vagens subsequentes, que são as únicas manifestações visíveis de sua ação. Em 1933, na conferência “A dissecação da personalidade psíquica”, Freud faz menção à transformação da matéria-prima psíquica para uma forma que a torna apta a ter acesso ao registro consciente e ser integrada ao ego, sintetizando os fatores subjacentes a

esse processo mediante o aforismo “*Wo Es war, soll Ich werden*” (Freud, 1933/1996, p. 84) que, traduzido para o português, pode ser entendido como *onde era o id, que haja o ego*. Nesse caso, o modelo de perlaboração implicado corresponde ao trabalho a ser empreendido pelo analista e pelo analisando no sentido de operar as transformações necessárias a que o material inconsciente primitivo, aquele que nunca se havia tornado consciente, possa vir a sê-lo. Todavia, esse material é subjacente às repressões secundárias e é sempre capaz de provocar novas repressões da matéria psíquica inconsciente, de sua natureza e dos movimentos pulsionais (os que ela encobre e os a que ela dá forma). Então, a situação analítica impõe considerar questões específicas da resistência do id. Roussillon (2007) identifica uma *antinomia da resistência*, peculiar às situações-limite da psicanálise. Antinomia significa oposição e essas situações pressionam o processo analítico até o seu limite, sempre ameaçando uma ruptura. O autor esclarece:

Aqui também há uma “antinomia da resistência”, a qual, aqueles que se defrontam com as “situações-limite da psicanálise”, [...], conhecem bem situações-limite que é necessário saber reconhecer e entender como formas da resistência do *id* através de formas transferenciais de reações terapêuticas negativas, de transferências delirantes (M. Little) ou passionais, bem como por meio de outras formas menos manifestas ou menos ruidosas, no entanto marcadas pela inércia, como as de melancolia ou o funcionamento masoquista. (Roussillon, 2007, p. 15 – tradução livre)

Segundo Roussillon (2007), em ocasiões em que a transferência permite, os fragmentos que são ativados à semelhança de uma forma alucinatória devem ser separados, como antes se encontravam. Dessa maneira, a experiência subjetiva pode ser reconhecida como uma representação psíquica, permitindo que seja integrada à dimensão de identidade de pensamento e de simbolização. Trata-se então de reconhecer aquilo que se apresenta na superfície psíquica como uma (re)representação de uma fase do passado, e não como alguma coisa atual. Isso implica uma tarefa de metabolização das moções pulsionais e experiências traumáticas; um trabalho que transforme a experiência subjetiva primária numa forma representativa capaz de acessar a consciência. Esse trabalho requer um esforço de (re)construção, exigindo maior implicação e comprometimento do analista. O eu só pode, efetivamente, trabalhar a partir de representações; deve transformar tudo em representação psíquica e, em particular, verbal, tanto percepções como sensações, moções pulsionais ou afetos (Freud, 1923/1996). Isso configura o primeiro passo do trabalho fun-

damental, de cunho qualitativo, da experiência subjetiva. Há que se explorar os vários aspectos mentais e as diversas facetas da experiência para que o pensamento se familiarize com essa estranheza, possibilitando a sua integração.

De acordo com Roussillon (2007), um trabalho de perlaboração como esse deve ser abordado a partir do modelo de jogo de crianças, exercendo a mesma função desempenhada na infância: dominar as situações difíceis e potencialmente traumáticas, de modo a permitir simbolizar e preparar sua apropriação subjetiva. Será preciso considerar a repetição necessária à exploração fragmento por fragmento, peça por peça, semelhante ao que sucede no jogo de crianças. Perlaboração e repetição andam aqui lado a lado; cabe ao psicanalista identificá-las e diferenciá-las. Nesse momento, torna-se importante lembrar que o trabalho de perlaboração envolve os dois integrantes da dupla analítica, resultando estar o analista muito mais implicado e potencialmente muito mais comprometido do que acontece no modelo da compulsão à repetição. Nesse caso, a ênfase é conferida aos aspectos intersubjetivos do tratamento (Roussillon, 2007), já que a representação psíquica não está dada: ela tem que ser construída, o que, afinal, é fruto do trabalho da análise. Um trabalho entre dois “jogadores”, em que “duas áreas de jogo se superpõem” (Winnicott, 1975, p. 38), e que é a ocasião de compartilhamento de experiências e de recarregamento libidinal, indispensáveis a que as experiências de sofrimento e de simbolização do paciente possam ligar-se e integrar-se à trama do ego pré-consciente. Um trabalho lado a lado, mas mesmo assim no contexto de uma situação assimétrica, já que cada um se apoia sobre o outro e sobre o trabalho do outro, a fim de executar sua própria parte. É a propósito disso que Winnicott afirma que “a psicoterapia é efetuada na superposição de duas áreas lúdicas, a do paciente e a do terapeuta” (1975, p. 80).

A ideia de um trabalho de construção lado a lado inclui também outra: a de uma forma de trabalho em paralelo e em dupla. Roussillon destaca (2007) o fato de a perlaboração se efetuar no campo estruturado por duas cenas distintas que compreendem, de um lado, a do analisando e, do outro, a do analista. Vale ressaltar que são distintas, porém ligadas entre si. Isto, por si só, implica uma exigência de trabalho de ligadura que, por sua vez, se realiza entre as duas cenas, no trabalho de estabelecer ligação e articulação dos dois cenários. Nesse sentido, é possível afirmar que se realiza, desse modo, um trabalho de simbolização a dois; isto é: o que não pôde ser simbolizado historicamente com os objetos primários do paciente encontra no trabalho psicanalítico uma segunda oportunidade de efetuar-se.

Em situações como essa, o analista é mais implicado e comprometido no trabalho, na medida em que as ameaças de sugestão ou mesmo de sedução narcísica estarão necessariamente presentes, em maior escala. Outra espécie de trabalho

será requerida como resultado da perlaboração das resistências emergentes do id: o processamento, de um lado, das inevitáveis seduções e sugestões que fazem parte do trabalho analítico, e de outro, o laço transferencial que une o analista e as seduções sexuais e narcísicas que o paciente experimentou com figuras significativas do seu passado. Esse trabalho se insere na concepção de Roussillon (2007) sobre o segundo modelo de perlaboração, ou seja, o *jogo*, centrado na perlaboração da resistência do id. Tal trabalho se dirige aos eventos psíquicos de natureza e efeitos traumáticos, cujos conteúdos inconscientes resultantes foram contrainvestidos desde o início, antes que qualquer representação consciente tivesse sido produzida. Sob tal enfoque, abordaremos, a seguir, o jogo como recurso clínico.

## O jogo como paradigma do trabalho de perlaboração

A palavra jogo traduz a forma pela qual Roussillon (2007), inspirado em Winnicott (1975) e seu “brincar” (*playing*), recomenda o modo pelo qual seja realizado o tratamento das problemáticas narcísico-identitárias. O jogo é tomado por Roussillon como um modelo de trabalho psíquico de análise, como uma espécie de funcionamento mental ou como uma metáfora de certo tipo de trabalho psíquico (Roussillon, 2004). O termo jogo deriva da tradução da palavra *jeu* francesa, por sua vez traduzida do inglês *playing*, gerúndio do verbo *to play*, segundo a obra de Winnicott, *Playing and reality*, publicada no Brasil com o título “O brincar e a realidade” (1975). Sobre os sentidos oferecidos para a palavra inglesa *play*, o *Longman Dictionary of Contemporary English* (1988) aponta uma extensa diversidade, da qual é possível selecionar: uma atividade somente para divertimento, especialmente entre crianças (*at play*); algo que se diz de brincadeira, e não de verdade (*in play*); uma peça de teatro, TV ou rádio, a ser interpretada por atores (*a play*); ou, ainda, algo que se refere à prática de esportes (*to play*). Pode apresentar o sentido de usar toda a experiência da pessoa em alguma tarefa (*into play*), no uso popular; de um divertimento de criança, usando brinquedos, correndo ou saltando (*play with*); de um ato de produzir sons, tocar um instrumento (*play on, for, to*); de participar de um esporte ou jogo, enfrentar um adversário, jogar contra (*play against, for*); de fazer uma graça; de atuar como ator (*play*); de fingir ser uma outra pessoa e agir como ela (*play someone*), além de muitas outras opções. Então, não é difícil, dessa gama de acepções, concluir sobre a dificuldade de se traduzir a palavra *play* por uma única expressão.

Por outro lado, a palavra *jeu* recebe o seguinte tratamento no *Dictionnaire Larousse de Français* (2008): atividade física ou intelectual visando ao prazer, à

distração; divertimento, recreação; aquilo que se destina a jogar (jogo de damas, jogo de cartas); maneira de tocar um instrumento, de interpretar um papel, além de outros sentidos. No idioma português, em psicanálise, o termo brincar está associado à obra de Winnicott e sua visão peculiar, ao passo que o vocábulo jogo, traduzido do francês *jeu*, usado na obra contemporânea de Roussillon, não apresenta o mesmo reconhecimento. Em verdade, os textos de Roussillon, ainda recentes, pouco difundidos no país, constituem algo novo e apenas começaram a ser estudados; por isso não apresentam a mesma visibilidade, em relação ao trabalho de Winnicott. Nesse contexto, utilizaremos a palavra jogo para representar o recurso fundamental proposto por Roussillon para a abordagem da perlaboração no tratamento das problemáticas narcísico-identitárias, mantendo o brincar, termo consagrado pelo uso, quando se toma Winnicott por referência.

Winnicott (1975) introduziu uma concepção original sobre o tema do brincar, oferecendo à psicanálise um novo campo de pesquisa. Sobre o tema, o autor trata o brincar como “uma experiência na continuidade espaço-tempo, uma forma básica de viver” (Winnicott, 1975, p. 75). Nessa concepção, o brincar (*playing*) envolve algo mais amplo do que a simples brincadeira, tendo adquirido um novo sentido para o autor a partir de seus estudos sobre os fenômenos transicionais, remontando-os em seus desenvolvimentos, “desde o emprego primitivo de um objeto ou técnica transicional, aos estádios supremos da capacidade de um ser humano para a experiência cultural” (p. 62). Winnicott enfatiza que o brincar tem “um *lugar* e um *tempo*” na existência humana; como experiência criadora, o brincar tem um lugar e um tempo para acontecer, não seria *dentro* (realidade psíquica interna, segundo Melanie Klein) e nem *fora* (realidade externa, de acordo com Anna Freud), mas sim o que acontece *entre*. Para o autor, o lugar de origem do fenômeno transicional é o espaço potencial entre o bebê e a mãe. É a partir das experiências vividas entre ambos que os fenômenos transicionais, bem como os prováveis objetos transicionais, ocuparão esse espaço. O brincar, sob a forma de objeto transicional, é a via de passagem do estado de indiferenciação com o ambiente para o estado de relação com o outro (percebido o ambiente como separado do bebê).

Para Winnicott (1975), o sentimento de continuidade no tempo torna-se uma conquista a partir da integração do eu, graças a um ambiente-suporte cujo modelo tem por base a continuidade do cuidado materno. Na perspectiva winnicottiana, o brincar abrange uma série de elementos do processo de amadurecimento humano e não é considerado um simples ato de diversão da infância. Ganha importância como atividade graças ao papel estruturante e à função subjetiva,

simbólica e vital, responsáveis pelo desenvolvimento saudável do sujeito. Diante disso, Winnicott busca relacionar o brincar e a psicoterapia:

Posso agora reenunciar o que estou tentando transmitir. Desejo afastar a atenção da sequência psicanálise, psicoterapia, material da brincadeira, brincar, e propor tudo isso novamente, *ao inverso*. Em outros termos, é a brincadeira que é universal e que é própria da saúde; o brincar conduz a relacionamentos grupais; o brincar pode ser uma forma de comunicação na psicoterapia; finalmente, a psicanálise foi desenvolvida como forma altamente especializada do brincar, a serviço da comunicação consigo mesmo e com os outros. (Winnicott, 1975, p. 63)

Relacionando o brincar e a psicanálise, Winnicott (1975) endereça um pedido a todo terapeuta “para que permita a manifestação da capacidade que o paciente tem de brincar, isto é, de ser criativo no trabalho analítico” (Winnicott, 1975, p. 83). Para o autor, a psicoterapia se efetua na sobreposição de duas áreas de jogo, a saber: a do analisando e do analista, uma vez que a psicoterapia se processa como se duas pessoas brincassem juntas. Configura-se, então, a ideia de espaço potencial que, nos termos do autor, faz referência à sobreposição de duas áreas, dando forma a uma terceira. Entretanto, não se caracteriza aqui uma situação de indiferenciação, o que teve lugar em momento anterior do desenvolvimento emocional primitivo.

Na hipótese de o analisando não ser capaz de brincar, a tarefa do analista consiste em ajudá-lo a transitar para um estado emocional que torne isso possível. Com base no pensamento de Winnicott (1975), é possível entender que a experiência é fundamental para o ser humano; cada nova experiência implica uma mudança da posição subjetiva na relação com os outros. Desse modo, a experiência de análise torna-se uma nova oportunidade de amadurecimento emocional do indivíduo. O jogo constitui sinal de saúde e uma demonstração de que um significativo percurso foi alcançado existencialmente. Para o autor, o jogo se constitui, na realidade, como algo inerente ao tratamento, uma vez que a análise requer um estado de relaxamento próprio da atividade lúdica, um estado variável desde uma leve excitação até um acentuado prazer. Nesse sentido, é possível identificar no contexto analítico alguns aspectos, como o modo de falar, as inflexões na voz e o uso do humor que denotam, por sua vez, a dimensão dos fenômenos transicionais. Delineia-se, então, entre analista e analisado uma ritmicidade singular, própria da relação, à qual se pode de-

nominar mutualidade. Essa relação pode ser entendida, de acordo com Winnicott (1989), da seguinte forma:

[...] como o começo de uma comunicação entre duas pessoas; isto (no bebê) é uma conquista desenvolvimental, uma conquista que depende de seus processos herdados que conduzem para o crescimento emocional e, de modo semelhante, depende da mãe e de sua atitude e capacidade de tornar real aquilo que o bebê está pronto para alcançar, descobrir, criar... Uma outra coisa, contudo, é a comunicação entre o bebê e a mãe, algo que é uma questão de experiência e que depende da mutualidade que resulta das identificações cruzadas. (1989, p. 198)

Sobre Winnicott, Roussillon (2004) informa que está em concordância com ele, no que se refere ao fato de o jogo se constituir em modelo de trabalho terapêutico, de trabalho psíquico, o qual a situação analítica tenta restabelecer ou promover. O jogo permite o exercício da criatividade, sem estar limitado por regras fixas, servindo assim de inspiração para o trabalho analítico, possibilitando o enfrentamento e a superação dos impasses e dos desafios a que o analista deve responder em seu trabalho. Para Roussillon (2007), inspirado em Winnicott, o jogo traduz o trabalho de transformação necessário à perlaboração da resistência do id, requerido para o tratamento dos sofrimentos narcísico-identitários. O trabalho é direcionado aos eventos psíquicos traumáticos, cujos conteúdos inconscientes resultantes sofreram contrainvestimento desde logo, mas antes que qualquer representação consciente tenha sido produzida. Tais situações traumáticas geraram um intenso desprazer e impediram que o sujeito concretizasse o trabalho de metabolização da experiência subjetiva que ele próprio vivenciou. O jogo é um recurso julgado pelo autor como essencial para o tratamento das problemáticas em questão. Sobre o jogo, Roussillon (2004) teceu as seguintes considerações:

O jogo designa um comportamento lúdico, ou uma atividade lúdica, [...] ou ainda, designa um tipo de funcionamento mental caracterizado por uma série de configurações específicas. Em outras palavras, quando o jogo é tomado como um modelo de trabalho psíquico de análise, trata-se de um jogo formal ou um correspondente intrapsíquico dele, uma espécie de metáfora de funcionamento psíquico. (Roussillon, 2004, p. 81 – tradução livre)

Segundo o autor, a concepção de um jogo como um modelo de trabalho psíquico implica a ideia de um esforço de recuperação e transformação por meio do jogo, destacando-se a noção de que, por meio do jogo manifesto, é possível



que se mascare ou se revele, ao mesmo tempo, um outro jogo, da mesma maneira que acontece no sonho ou na cena latente. Aquilo que é operante no jogo, contribuindo para a simbolização da experiência subjetiva, aquilo que é preciso entender nele, está precisamente ao nível daquilo que se transfere durante o jogo. Traduz justamente o que é preciso discernir e aproveitar, localizando as questões inconscientes que estão em cena durante o jogo:

É a escuta do que está em jogo no jogo (*l'écoute de l'enjeu du jeu*), do jogo latente, potencial, no jogo manifesto, que caracteriza o espaço da psicoterapia ou da psicanálise, é a lenta revelação e o dar forma a esta jogada inconsciente que constitui a quintessência do jogo “simbolizante”. É nesse sentido que o jogo pode fornecer um modelo para o trabalho psicanalítico. Propor o modelo do jogo como modelo do trabalho psicanalítico, o que não é fetichizar o jogo, erigi-lo como modelo *a priori*, “em si”, é antes considerar como mídia, meio, “via real” [...] do processo de apreensão e da transformação da experiência subjetiva, do processo de interpretação desta. (Roussillon, 2004, p. 83 – tradução livre)

O jogo aplica-se, então, ao trabalho clínico da perlaboração no tratamento dos sofrimentos narcíscico-identitários; contudo, esse trabalho apresenta suas dificuldades específicas. Sobre isso, Roussillon (2012) destaca que toda interpretação é intrusiva, e, em segundo lugar, toda não interpretação traduz abandono. Com o intuito de encontrar saídas para tal impasse, Roussillon (2010) considera útil adotar algumas formas de jogo, por ele desenvolvidas, adaptadas do jogo infantil de esconde-esconde. Se o discurso do paciente o protege contra a intrusão do analista, paradoxalmente, faz também com que se sinta, ao mesmo tempo, perdido. Roussillon (2013) propõe que o analista saia à procura dele. Contudo, sair à procura dele não quer dizer encontrá-lo. Significa, antes, comunicar que se está à sua procura:

Você me disse isso, depois me disse aquilo, eu me pergunto se isso quer dizer aquilo. Mas eu não sou muito esperto, eu não consigo descobrir – na medida em que estou à procura. (Roussillon, 2013, p. 68-69)

O autor se inspirou na brincadeira de esconde-esconde de crianças de menos de dois anos. Elas se escondem precariamente, ficam nervosas, e o lugar em que estão é conhecido. Mas os adultos não as procuram onde se esconderam. Se assim não for, não há brincadeira. O adulto segue em outra direção, fingindo dificuldade na procura, o que diverte muito a criança. Roussillon (2013) explica que,

na clínica, com o paciente adulto, desenvolve-se um procedimento semelhante ao jogo, à atividade lúdica infantil: também o analista se aproxima progressivamente. Em primeiro lugar, ele não abandona nunca porque ele procura e, em segundo lugar, ele não invade porque ele não acha! No caso da criança, se o jogo é bom, o adulto se aproxima e a criança aparece, rindo muito.

## Considerações finais

Diante do que foi dito, conclui-se que, quando os sofrimentos narcísico-identitários ocupam o primeiro plano da cena clínica, o analista muitas vezes encontra-se envolto na tarefa de evitar despertar tanto a sensação de intrusão quanto a sensação de abandono em seu paciente, cujas angústias primordiais são as de separação e intrusão. Em face dessa situação, Roussillon (2013) desenvolveu uma modalidade de jogo que busca responder à dupla angústia – de abandono e de invasão/intrusão. A psicanálise aqui pode ser entendida como uma representação de um processo de simbolização capaz de facilitar o percurso da perlaboração psíquica, e, como decorrência, a própria análise. No modelo apresentado e na conjuntura transferencial examinada, o trabalho fundamental de perlaboração se mostra presente. Sem sombra de dúvida, a perlaboração constitui parte crucial do trabalho psicanalítico; somente ela proporciona tempo suficiente para que os processos psíquicos possam ser reconhecidos, dominados, explorados e apropriados. Apenas ela assegura as condições para que o trabalho psicanalítico não seja reduzido somente à dimensão pré-consciente da psique, mas que se ponha em contato e enfrente com êxito os desafios verdadeiramente inconscientes que as formas de resistência mascaram e revelam.

Para finalizar, é importante dizer que a perlaboração, a despeito de ser um conceito pouco estudado, continua ocupando um lugar fundamental no manejo da técnica psicanalítica. Na contemporaneidade, a perlaboração permanece como conceito central da psicanálise; levá-la a cabo no ambiente analítico, ao longo do tratamento dos sofrimentos narcísico-identitários, representa um verdadeiro desafio imposto à psicanálise do nosso tempo. Um desafio como este requer um alargamento do escopo de abrangência, uma ampliação do horizonte clínico do método psicanalítico com o intuito de incluir esses pacientes refratários ao atendimento pelo método tradicional. Nesse sentido, é necessário propor que as possíveis extensões do método psicanalítico privilegiem, dentre outros aspectos, a dimensão não verbal da associatividade e adotem um arsenal teórico-técnico compatível, a fim de superar os desafios apresentados pelas novas formas de padecimento psíquico contemporâneas.

## Referências

- Dictionnaire Larousse de Français* (2008). France: Maury à Malesherbes.
- Ferenczi, S. (2011). Confusão de línguas entre adultos e crianças. In *Psicanálise IV. Obras completas de Sándor Ferenczi*. São Paulo: Martins Fontes. (original publicado em 1933).
- Freud, S. (1996). Estudos sobre a histeria. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*, v. II. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1893-1895).
- Freud, S. (1996). Recordar, repetir e elaborar. O caso Schreber, Artigos sobre técnica e outros trabalhos. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1914).
- Freud, S. (1996). Conferências introdutórias sobre psicanálise. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*, v. XV e XVI. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1916-1917).
- Freud, S. (1996). Além do princípio de prazer. In *Além do princípio do prazer, Psicologia de grupo e Outros trabalhos – Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1920).
- Freud, S. (1996). O ego e o id. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1923).
- Freud, S. (1996). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*, v. XXII. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1933).
- Freud, S. (1996). Análise terminável e interminável. In *Moisés e o monoteísmo, Esboço de psicanálise e outros trabalhos – Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*, v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1937).
- Freud, S. (1996). Moisés e o monoteísmo. In *Moisés e o monoteísmo, Esboço de psicanálise e outros trabalhos – Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*, v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1939).
- Freud, S. (2010). Recordar, repetir e elaborar. In *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)* (trad. Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras. (original publicado em 1914).
- Freud, S. (2010). O inconsciente. In *Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e Outros Textos (1914-1916) – Obras completas*, v. 12 (trad. Paulo César Oliveira). São Paulo: Companhia das Letras. (original publicado em 1915).
- Freud, S. (2014). Inibições, sintomas e angústia. In *Obras completas, v. 17: Inibições, sintomas e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)* (1ª ed., trad. Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras. (original publicado em 1926).
- Hanns, L. A. (1996). *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago.

- Kloutau, P.; Kislakov, S.; Winograd, M. (2014). A função terapêutica do traumático. *Cadernos de Psicanálise – CPRJ*, v. 36, nº 31 (julho-dez./2014), p. 151-168. Rio de Janeiro.
- Laplanche, J.; Pontalis, J. B. (1992). *Vocabulário da psicanálise*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- Longman Dictionary of Contemporary English (New Edition)* (1988). Great Britain: Richard Clay Ltd.
- Roussillon, R. (1999). *Agonie, clivage et symbolisation*. Paris: PUF.
- Roussillon, R. (2004). Le jeu et le potentiel. *Revue Française de Psychanalyse*. 1/2004, v. 68 (janvier-mars), p. 79-94. Paris: PUF.
- Roussillon, R. (2006). *Paradoxos e situações limites da psicanálise*. Porto Alegre: Editora Unisinos.
- Roussillon, R. (2007). La perlaboración y sus modelos. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, 2007; 105: 7-25.
- Roussillon, R. (2010). Transferência paradoxal e modificações técnicas. *Jornal de psicanálise*, v. 43, nº 78 (junho/2010). São Paulo.
- Roussillon, R. (2012). As condições da exploração psicanalítica das problemáticas narcísico-identitárias. *Alter – Revista de Estudos Psicanalíticos*, v. 30 (1), p. 7-32.
- Roussillon, R. (2013). Comentários de René Roussillon. In *Elasticidade e limite na clínica contemporânea*. Figueiredo, L. C.; Savietto, B. B.; Souza, O. (orgs.). São Paulo: Escuta.
- Roussillon, R. (2014). O trauma narcísico-identitário e sua transferência. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 48, nº 3, p. 187-205. São Paulo.
- Winnicott, D. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. (1989). Explorações psicanalíticas. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winograd, M.; Kloutau, P.; Sollero-de-Campos, F. (2014). Entre o trauma e o traumático: a lesão cerebral de Pedro e o presente permanente. In Winograd, M.; Vilhena, J. (orgs.). *Psicanálise e clínica ampliada: multiversos*. Curitiba: Appris.

Recebido em 04 de outubro de 2016

Aceito para publicação em 08 de junho de 2017